ser evitada. Muitos pecuaristas continuam se descartando de matrizes, até mesmo enxertadas. Este processo de descapitalização do rebanho, que certamente apresentou uma sensível diminuição em número de cabeças nos últimos dois anos, tem sensibilizado as autoridades. Com efeito, o Ministro da Agricultura, acolhendo uma proposição de colaboradores de alto nível, decidiu apoiar um programa de estocagem de vitelos (animais de aproximadamente 10 arrobas). Pela proposição, a compra de animais jovens pelo governo elevaria o preço dessa categoria, de forma a induzir uma valorização do preço das vacas, propiciando um maior retorno aos pecuaristas e, consequentemente, um renovado desejo de recomposição do rebanho através de maior retenção de matrizes.

A proposta é simpática mas, contra ela, se levantam alguns obstáculos de mercado. Primeiro, que já estamos em maio e, assim, será difícil implementá-la ainda nesta safra. Segundo, porque o governo poderá não estar disposto a pagar, pela arroba do vitelo, o mesmo preço (Cr$ 165,00) que paga pela arroba do boi gordo. E, finalmente, porque o maior abate de vitelos acarretaria necessariamente menor oferta de boi gordo nas próximas safras, apressando o período de escassez. Na realidade, pouco se pode fazer para evitar a reviravolta dos preços. Basta ocorrer uma inversão de expectativas quanto ao preço futuro da carne. Muitos pecuaristas que dispõem de liquidez têm, inclusive, deixado de entregar seus animais para abate, apostando numa elevação real do preço já na próxima entressafra.

Se estas expectativas estão corretas, a carne poderá se tornar um novo aliado do processo inflacionário durante o segundo semestre de 77. Um fenômeno desta natureza deixaria as autoridades no complicado dilema entre permitir, desde já, o gradual ajustamento dos orçamentos familiares à elevação do preço real da carne ou postergar essa permissão para 1978, quando o ajuste poderá ser mais amplo e mais penoso para os consumidores.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

A instabilidade da política para o setor leiteiro tem encontrado igual contrapartida na instabilidade da produção. Isto ocorre a despeito dos episódicos reajustes do preço pago aos produto

res e das verbas liberadas através do PDPL, fundido recentemente no PROPEC. Para os pecuaristas, uma solução é passar a operar com leite tipo B, o que não siginifica, necessariamente, fabricá-lo nesta classificação. As indústrias de laticínios e de beneficiamento, por seu turno, não podem planejar suas metas de produção nas condições atuais de instabilidade da produção. O governo lhes ofereceu, a partir de 1975, um programa de estocagem diversificada de produtos lácteos. Mas, com a alternativa, também aberta pelo governo, de importações vantajosas de leite em pó subsidiado a US$ 375/ton e crescentes aquisições de queijos no exterior, a indústria acabou relegando o programa de estocagem, que se encontra inativo neste ano de 1977.

Nestas circunstâncias, a instabilidade do preço não constitui o pior elemento de perturbação no mercado. O preço do leite tipo B é livre. O preço do leite tipo C, tabelado, vem sendo reajustado pelo governo. Efetivamente, os preços pagos ao produtor tiveram um ápice em 1975. Com os aumentos concedidos em janeiro e agosto daquele ano, esses preços corresponderiam, em valores reais (base maio 77), a Cr$ 2,90 e 2,97. Tais níveis são portanto superiores aos de Cr$ 2,85, atualmente em vigor. Dependendo da taxa de inflação em maio e junho desse ano, o novo preço de Cr$ 3,20 para julho, poderá se situar em termos reais (base maio 77) em torno de Cr$ 3,00.

Analisando a distribuição de leite B na cidade de São Paulo, verifica-se seu notável crescimento em termos de participação no volume total do leite consumido. Tomando o mês de junho como referência, sua participação nos anos de 72 a 75 tem sido, respectivamente, de 13%, 20%, 34% e 36%. Em agosto de 1976 o leite B participou com 17.243 mil litros (38% do total), o leite tipo C com .. 15.712 mil litros (35%) e o leite reconstituído com 12.446 mil litros (27%). Essas estatísticas parecem confirmar as novas opções que vêm sendo exploradas por pecuaristas de leite B e usinas.

Para os que continuam fornecendo leite do tipo C e não tenham acesso à re-alfabetização do seu produto, resta esperar que o governo continue reajustando preços pelo menos de acordo com a taxa de inflação. Neste contexto, a declinante produção do leite tipo C vai continuar dependente da parcela dos produtores de mais baixa produtividade, cuja instabilidade de produção tem promovido a discutível justificativa pelas elevadas importações de leite em pó e de queijo.